




CAPÍTULO 1

A CORRUPÇÃO E SEU IMPACTO NO DESEMPENHO DAS FIRMAS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.635112610021>

Camila de Souza Filgueira Dantas

Leonardo Andrade Rocha

RESUMO: O presente estudo abordou a relação entre corrupção e desenvolvimento, explorando diversas perspectivas e análises de diferentes estudiosos, enfatizando o impacto da corrupção na economia e evidenciando as consequências negativas para o crescimento econômico e o investimento estrangeiro. Buscou oferecer uma visão abrangente da corrupção, destacando suas causas multifacetadas, impactos na economia e na sociedade, utilizando a pandemia de COVID-19 como um estudo de caso significativo. Firmamos como objetivo principal a análise dos efeitos diretos da pandemia na performance das empresas, internalizando características a nível-macro, com ênfase na corrupção, no desempenho dessas empresas em momentos de crise. Para isso, estabelecemos como objetivos específicos, a observação das características microeconômicas e como elas tiveram impactos significativos no crescimento, bem como qual a correlação das variáveis macroeconômicas com o crescimento das vendas durante a pandemia. A metodologia aplicada foi por meio de um modelo econométrico e os dados foram obtidos da base de dados COVID-19 Enterprise Survey Follow-Up do Grupo Banco Mundial. Foi realizada uma pesquisa descritiva, onde revelou-se uma ampla variação no crescimento das empresas durante a pandemia. A matriz de correlação destacou relações significativas entre o crescimento e várias variáveis. Os resultados do modelo econômico mostraram que o suporte do governo e características microeconômicas tiveram impactos significativos no crescimento, bem como na performance das firmas durante esse período

PALAVRAS-CHAVE: corrupção; vendas; economia; COVID-19

ABSTRACT: The present study addressed the relationship between corruption and development, exploring different perspectives and analyzes from different scholars, emphasizing the impact of corruption on the economy and highlighting the negative consequences for economic growth and foreign investment. It offered a comprehensive overview of corruption, highlighting its multifaceted causes, impacts on the economy and society using the COVID-19 pandemic as a significant case study. To this end, our main objective is to analyze the direct effects of the pandemic on companies' performance, internalizing macro-level characteristics, such as corruption, on the performance of these companies in times of crisis, as well as establishing an analysis of the effects of the pandemic on sales of firms and the impacts of corruption on the performance of organizations throughout the COVID-19 pandemic, as specific objectives. The methodology applied was through an econometric model and the data was obtained from the World Bank Group's COVID-19 Enterprise Survey Follow-Up database. Descriptive research was carried out, which revealed a wide variation in company growth during the pandemic. The correlation matrix highlighted significant relationships between growth and several variables. The results of the economic model showed that government support and microeconomic characteristics had significant impacts on growth as well as firm performance during this period.

KEYWORDS: corruption; sales; economy; COVID-19

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, iniciada no final de 2019, provocou impactos globais que extrapolaram a esfera sanitária, atingindo profundamente as dimensões econômica e social. O avanço dos indicadores monitorados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) levou à adoção de medidas restritivas, como confinamento populacional, trabalho remoto, redução da jornada laboral e fechamento de atividades não essenciais, gerando efeitos significativos sobre empresas, mercados e a integração econômica internacional.

A urgência das respostas governamentais implicou flexibilização de normas e controles, ampliando riscos de práticas corruptas (BRITO, 2021), especialmente em contratos emergenciais, parcerias público-privadas e disputas por mercados estratégicos (GOEL et al., 2021). Nesse contexto, a corrupção — já reconhecida como problema global — intensificou-se diante da rápida alocação de recursos públicos, compras emergenciais e programas de estímulo econômico.

Sob a perspectiva teórica, a corrupção decorre do enfraquecimento das finalidades institucionais do Estado (NAN, 2022), manifestando-se pelo uso do poder público para benefícios privados (JAIN, 2001), sendo influenciada por fatores

legais, econômicos e culturais (SVENSSON, 2005). Diante disso, governos e organismos internacionais têm ampliado esforços para seu enfrentamento.

Nesse cenário, o presente estudo analisa os efeitos da pandemia sobre o desempenho das firmas, incorporando características macroinstitucionais associadas à corrupção. Para tanto, foi desenvolvido um modelo econométrico com base em dados do **Enterprise Surveys** e do **Worldwide Governance Indicators (WGI)**.

A base **COVID-19 Enterprise Survey Follow-Up** contempla informações de 35.496 firmas, coletadas entre 2020 e 2021, permitindo avaliar os impactos diretos da crise sobre indicadores de performance empresarial. Complementarmente, o WGI fornece medidas de governança em seis dimensões, com destaque para o indicador **Control of Corruption**, que mensura percepções sobre uso do poder público para ganhos privados (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2013).

Adicionalmente, utilizaram-se indicadores de Liberdade Econômica da **Heritage Foundation**, possibilitando analisar o ambiente de negócios e sua interação com a performance empresarial. A integração dessas bases permitiu compreender como variáveis econômicas e institucionais, com ênfase na corrupção, influenciaram a condução das atividades empresariais durante a pandemia.

CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A corrupção constitui uma problemática global que tem mobilizado a atenção de pesquisadores e formuladores de políticas públicas, dada sua capacidade de afetar diretamente o desenvolvimento econômico do país. Compreender seus efeitos é essencial para analisar os fatores que moldam o desempenho institucional e econômico das nações.

Segundo Nan (2021), a corrupção decorre do enfraquecimento dos sistemas de governo quando estes se afastam de sua finalidade pública. Trata-se do uso do poder estatal para obtenção de benefícios privados, em detrimento do bem comum (JAIN, 2001), podendo ser interpretada sob múltiplas perspectivas, frequentemente associadas às instituições legais, econômicas e culturais de uma sociedade (SVENSSON, 2005).

Determinantes estruturais também são apontados na literatura. Gaygisiz (2022) destaca fatores culturais, políticos e sociais como potencializadores da corrupção, enquanto Pereira (2021) a define como fenômeno heterogêneo, com causas econômicas, sociais, culturais e políticas. Qia e Yanting (2023) acrescentam que economia, instituições, educação e PIB per capita influenciam seus níveis, sendo mais elevada em países com menor renda e maiores restrições institucionais, como baixa liberdade de imprensa e fragilidade democrático.

Sob perspectiva histórica, Fornazieri (2006), ao dialogar com Maquiavel, associa a corrupção à desigualdade social, entendendo-a como expressão de Estados mal ordenados. No Brasil, análises vinculam o fenômeno ao patrimonialismo administrativo (PINHO; SACRAMENTO, 2018), prática historicamente marcada pela confusão entre público e privado (WEBER, 2019; SOUZA, 2019; CAMPELO, 2010). Ainda que não seja causa única, ambientes patrimonialistas favorecem práticas corruptas (BRAGA; OLIVEIRA, 2020), associadas também à baixa participação política (SARAIVA, 2020) e à historicidade institucional brasileira (CAMPOS, 2018; CERVANTES, 2018). Contudo, Brandão (2023) alerta que explicações exclusivamente culturais são simplistas, visto que empresas de países ricos também praticam corrupção em economias periféricas.

A corrupção deve ser compreendida de forma multidimensional. Para Leal (2013), seus efeitos extrapolam a ilegalidade, atingindo valores democráticos e a confiança nas instituições. Países com corrupção institucionalizada tendem a ser mais vulneráveis a crises, devido à fragilidade de controles, baixa qualidade regulatória e ineficiência fiscalizatória (RODRIGUES; CLEMENTE, 2018).

No campo do controle institucional, tribunais de contas exercem fiscalização ampla sobre atos administrativos (OLIVEIRA, 2018), realizando auditorias e inspeções financeiras (DELFORGE, 2012). O Brasil avançou em transparência, mas ainda enfrenta desafios na consolidação de políticas de governo aberto e participação social (CRUZ, 2022). O engajamento da sociedade fortalece o controle social e previne práticas corruptas (CRUZ, 2022; DELFORGE, 2012).

Quanto aos impactos econômicos, há divergências teóricas. Song et al. (2021) sugerem que, em economias desenvolvidas, a corrupção poderia reduzir custos de transação. Contudo, prevalece o entendimento de seus efeitos negativos: redução de investimentos, distorções tributárias e prejuízos às políticas públicas (HERNANDES, 2011). Tais práticas comprometem áreas essenciais como saúde e educação (JUNIOR, 2020) e incentivam economias informais (LEAL, 2013). Também afetam produtividade e regulação econômica (DZHUMASHEV, 2014) e reduzem investimentos estrangeiros (WANG et al., 2023).

A mensuração da corrupção ocorre por índices internacionais, como o Índice de Percepção da Corrupção – IPC (CONACI, 2022). O Brasil apresentou 38 pontos em 2022, mantendo desempenho abaixo das médias globais e registrando queda histórica no ranking, reflexo do enfraquecimento institucional anticorrupção.

No plano internacional, convenções como a da ONU contra a Corrupção estruturam mecanismos de cooperação e responsabilização (ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013; JUNIOR et al., 2018), reforçando que o combate à corrupção é requisito ao desenvolvimento econômico (SICSÚ, 2009).

Durante a pandemia da COVID-19, esse debate tornou-se ainda mais relevante. A crise exigiu forte intervenção estatal por meio de estímulos fiscais, crédito e auxílios emergenciais, fundamentais para sustentar empresas e empregos (SICSÚ, 2009). O acesso a crédito mostrou-se decisivo para a continuidade operacional das firmas, enquanto isenções fiscais aliviaram custos produtivos (ASSUNÇÃO, 2011).

Paralelamente, a pandemia acelerou a transformação digital, ampliando comércio eletrônico e trabalho remoto, especialmente em economias com infraestrutura tecnológica desenvolvida (WORLD BANK, 2022). Essa digitalização contribuiu para mitigar perdas econômicas e acelerar a recuperação, demonstrando que governança, suporte estatal e inovação tecnológica são elementos interdependentes na resiliência empresarial em contextos de crise.

CORRUPÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

A corrupção não é exclusiva de países em desenvolvimento, mas é nessas nações que suas características e efeitos se fazem mais presentes, pelo seu caráter mais sistêmico e pela descaracterização do problema perante a sociedade (JUNIOR et al., 2018).

Todavia, é um problema a nível global e, diante disso, formuladores de políticas públicas em todo o mundo dedicam esforços para combatê-la. No decorrer dos anos, organizações internacionais como a OCDE, o FMI e o Banco Mundial mobilizaram ações a fim de apontar os problemas oriundos da corrupção internacional e melhorar a governança (GOEL et al., 2021).

Antes de adentrarmos sobre os efeitos da corrupção durante as crises. Vamos entender melhor o que vem a ser um cenário de crise. Apesar de apresentar momentos de estabilidade, existindo crescimento em determinados períodos e em outros não, o que é uma conjuntura normal do sistema capitalista, a crise, bem como o seu impacto, pode transfigurar, conforme sua causa, os setores da economia que serão mais afetados e a intensidade delas. Em geral, grandes crises afetam de alguma forma todos os países do sistema capitalista, pois economias são dependentes entre si (CARVALHO; 2018).

Ainda conforme a autora, durante uma crise econômica há diminuição da atividade econômica. A demanda por consumo cai, o que leva à diminuição da taxa de lucro das empresas. Lucrando menos, muitas empresas acabam diminuindo o quadro de funcionários, levando ao aumento de taxas de desemprego. Com mais desemprego, a renda diminui, o que leva a uma menor demanda. Como podemos ver, esse ciclo tende a se reproduzir e se intensificar. Para coibir esse ciclo, é necessário adotar políticas econômicas de estímulo à economia.

O enfrentamento de crises, requer um suporte governamental que combine políticas públicas imediatas com estratégias estruturais. É crucial equilibrar ações de impacto imediato com aquelas destinadas a modificar as condições subjacentes que geram efeitos sociais e econômicos prolongados. Algumas mudanças, embora não perceptíveis de imediato, são essenciais para evitar a reprodução de vulnerabilidades sociais e econômicas. A coordenação eficaz entre governo, sociedade civil e setor privado é fundamental para alcançar resultados positivos e satisfatórios para a população (SCHMIDT et al., 2020).

À vista disso, Durin (2021) aponta as crises humanitárias e econômicas como cenários perfeitos para o fomento da corrupção, se dando em decorrência do enorme estímulo financeiro e da necessidade de aquisições direcionadas para abrandar a crise.

O mundo sempre vivenciou crises em seu contexto histórico, principalmente de caráter econômico/financeiro, que se refletem em diversos setores da sociedade, dentre eles, o da saúde (MELO; 2020). Os conflitos sobre a saúde pública não são recentes e se referem a um determinado tempo histórico de pandemias e descaso em investimentos na área e, no Brasil, essa realidade não foi diferente (Mendes, 2017).

Antes de aprofundarmos na atuação do governo na economia durante a pandemia do COVID-19, faz-se interessante uma síntese histórica da atuação do governo em alguns países durante pandemias anteriores a essa. Dentre os registros epidêmicos e pandêmicos mais recentes, podem ser citados a Síndrome Respiratória Aguda Grave – SARS - COV (2002 a 2003), a Influenza Aviária - H5N1 (2004 a 2006), a Influenza Suína - H1N1 (2009) e a COVID-19 (2019).

A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), que foi a primeira doença infectocontagiosa mortal a se propagar no século XXI, com 8.422 casos e 916 mortes. Nesse período a economia foi bastante prejudicada e muitas empresas foram acometidas por perdas de receita. A fim de minimizar tais problemas, o governo adotou algumas medidas de restrição à aglomeração social, bem como forneceu assistência financeira (SIU; WONG, 2004).

A Influenza Aviária (H5-N1) se espalhou entre os humanos, ocasionando 243 mortes dentre os quase 400 casos no ano de 2008. O governo do Vietnã implementou medidas de assistência aos agricultores, a fim de auxiliar nos problemas de liquidez, como extensão do vencimento de empréstimos e aumento do valor do teto para empréstimos sem garantia (OTTE et al., 2008).

Em abril de 2009, surgiram na América do Norte os primeiros casos da Influenza Suína (H1N1), a famosa gripe suína, primeira pandemia do século XXI. Afetando mais de 200 países, a H1N1 causou quase 18 mil mortes. Governos de muitos países, incluindo o Brasil, viram-se obrigados a injetar dinheiro na economia (SILVA, 2012).

No ano de 2019 o mundo encontrou-se arrebatado pelo COVID-19, atual pandemia enfrentada por mais de 200 países, conforme a Organização Mundial de Saúde -OMS. Nos primeiros meses de 2020, a emergência da pandemia da Covid-19 descontinuou as principais redes de comércio, deflagrando uma série de medidas de distanciamento social que derrubaram rapidamente os níveis de produção interna de diversos países (MATTEI; 2022).

No Brasil, logo foram sentidas as consequências do fechamento dos estabelecimentos, das restrições logísticas e do encarecimento dos insumos, paralelo à queda generalizada na demanda sobre as atividades econômicas. Tais impactos incidiram sobre uma economia já bastante deteriorada. Assim, a pandemia desencadeou um cenário delicado no país, fazendo com que o PIB *per capita*, que acumulava retração de 0,8% entre 2011 e 2019, fechasse a década com queda de 5,5% (IBGE, 2021). A pandemia deflagrou uma crise mundial que deve reverberar pelos próximos anos

Além disso, a situação se agravou frente aos escândalos de corrupção, com recursos orçamentários destinados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19 sob investigação de improbidade. Foram diversas investigações e processos relativos a esta prática, na maioria das vezes, ligada aos recursos que poderiam ser utilizados na implantação de políticas na área da educação, saúde e redução das desigualdades sociais no país.

Como visto, a pandemia do Covid 19 desencadeou uma crise sem precedente. Pandemias, epidemias, desastres podem se apresentar como grandes potencializadores de crises e instigar a corrupção essencialmente através de três canais principais. Primeiro: a grande concentração de ajuda humanitária na sequência de um desastre pode acarretar altos ganhos de recursos. Segundo, não existindo transparência e formas de controle após um desastre, o governo e autoridades locais podem apropriar-se indevidamente dos recursos. Por último, a corrupção em menor escala (como suborno e extorsão) pode aumentar quando as instituições entram em crise após um desastre (ZAFAR et al., 2023).

Celil et al., (2022) observam os desastres naturais e as consequências econômicas como uma matéria significativa, pois podem ter efeitos indiretos em uma vasta série de decisões governamentais. Johar (2022) aponta o interesse em compreender os impactos econômicos oriundos dos desastres naturais, a fim de identificar, dentre outras coisas, quais potenciais intervenções políticas para desastres futuros.

Como já visto anteriormente e ratificado por Cunha (2013), as crises podem ter uma origem diversa, sendo interna ou externa, ao passo que podem evoluir e, ao longo do seu desdobramento, sobrepor-se a outras crises, provocando sobrecargas nos sistemas políticos, econômicos, jurídicos e sociais.

Na concepção teórica, acredita-se que a corrupção aumenta em períodos de crises políticas e econômicas, pois em um cenário de crise política, pode não existir um líder no poder e as oportunidades de procura de rendimentos podem aumentar. Instituições de responsabilização de terceiros, como o Supremo Tribunal ou agências de auditoria nacionais, podem ter os seus poderes restringidos ou se tornarem ineficazes na diligência de serviços governamentais e políticos. Em períodos de crise econômica, os padrões de vida tendem a diminuir, conduzindo a maior propensão de comportamentos corruptos (SAHA, SEN;2022).

Leal (2019) evidencia as dificuldades em determinados contextos políticos e sociais, os quais envolvem crises econômicas e ausência de recursos básicos de infraestrutura para gerenciamento, principalmente de demandas sociais, onde, paralelo a isso permeiam ações de corrupção em grande escala. Para o autor, a corrupção pode ser reduzida através de mecanismos preventivos de controles interno e externo da Administração Pública, principalmente em todas as fases da gestão, instrumentos de controle de Mercado, políticas públicas transparentes e com participação social nestas áreas.

Embora quadros de desastres e pandemias sejam capazes de propiciar um cenário perfeito para a corrupção, é possível que instituições consigam diminuir o impacto da crise em situações de calamidade pública. Formuladores de políticas públicas acreditam na importância de priorizar o fortalecimento de instituições legais, independentes, bem como uma administração pública imparcial e transparente. (SYA; SEN,2023).

Para Saha (2023) existem evidências concretas de que o efeito da crise política sobre a corrupção é menos eficaz em países com instituições fortes. No entanto, em caso de colapso, golpes, conflitos e guerras, a qualidade institucional não tem impacto tão relevante no controle da corrupção, uma vez que episódios como esses, enfraquecem as próprias instituições. Por outro lado, as instituições podem abrandar o efeito da crise econômica, como a desaceleração econômica e a crise bancária sobre a corrupção.

As instituições econômicas são importantes para o crescimento econômico porque norteiam os incentivos dos principais elementos econômicos na sociedade, em particular, atuam nas inversões de capital físico, humano, tecnologia e produção. Embora os fatores culturais e geográficos também sejam importantes no desempenho econômico, as características das instituições econômicas são a principal fonte de diferença no crescimento econômico dos governos. As instituições econômicas não só determinam o potencial de crescimento econômico agregado da economia, mas também uma série de resultados econômicos, incluindo a distribuição de recursos no futuro (ACEMOGLU et al., 2005).

Conforme Safón et al., (2023), cenários de crise variam em termos de duração, capacidade de causar danos e impactos econômicos (como no PIB), influenciando a capacidade de resistência e recuperação das empresas de maneiras diversas. Crises imprevisíveis, especialmente as de escala global, como a COVID-19, apresentam desafios significativos. Devido à singularidade de determinada conjuntura, há pouco conhecimento sobre os fatores que afetam os resultados das empresas. Ter evidências nesse contexto é crucial, pois permite atribuir responsabilidades àqueles que, por meio de fatores internos e externos, influenciam a resiliência durante a crise e buscam otimizar o desempenho na gestão.

Em crises como a da COVID-19, em que fatores externos têm um papel crucial, a responsabilidade dos decisores políticos em ajudar as empresas a resistirem é tão significativa, se não maior, do que a dos seus gestores internos.

CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PANDEMIA DO COVID-19

Eventos de crise econômica expõem a eficácia das políticas públicas na contenção dos fenômenos de crise (SINGHT et al., 2021). O âmbito da saúde é particularmente mais vulnerável, em decorrência das necessidades imediatas em suprimentos, o que acaba acarretando à simplificação de regras (NARULA, 2020). Um exemplo é a recente pandemia do COVID 19, que resultou em uma crise global, pois além da repercussão de origem biomédica e epidemiológica, também repercutiu social e economicamente.

Segundo a Organização Pan- Americana de Saúde (OPAS), em 31 de dezembro de 2019, a (OMS) foi alertada sobre diversos casos de pneumonia que surgiram na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus, até então não identificada em humanos.

Em 7 de janeiro de 2020, o governo chinês confirmou um novo tipo de coronavírus. Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19.

A partir daí, a OMS, junto a autoridades e especialistas no mundo todo, tem buscado aprender mais sobre o vírus, a fim de orientar a população sobre como proceder. A OPAS prestou apoio técnico aos países das Américas, orientando a manter o sistema de vigilância alerta, preparado para detectar, isolar e cuidar precocemente de pacientes infectados com o novo coronavírus.

Ainda, conforme dados extraídos da OPAS, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto do novo coronavírus como um caso de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. A ESPII é considerada, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), “um acontecimento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido ao alto risco de disseminação global, e consequentemente, demanda uma resposta internacional coordenada e imediata”.

Foi a sexta vez na história que uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional foi declarada. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade.

A disseminação da pandemia levou os governos a adotarem medidas de contenção, também chamadas de políticas de intervenção não farmacêutica, na ausência de uma cura eficaz para a COVID-19, e de uma vacina que impedisse o contágio (ALFANO et al., 2023). A estratégia inicial adotada, por quase todos os governos, baseou-se na imposição de distanciamentos sociais e bloqueios.

Governantes se envolveram no financiamento de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de vacinas. No Brasil, mesmo após o atraso na compra e distribuição de vacinas em 2020 e início de 2021, a partir de junho de 2021 já era possível observar o avanço na cobertura vacinal. Especialmente com a definição de grupos prioritários para o recebimento das primeiras doses (NUNES; 2022).

Nesse contexto, as ações estatais voltadas ao sistema de saúde tiveram extrema participação. Governos de todo o mundo assistiram a pacotes de medidas para tentar reverter as consequências econômicas e financeiras oriundas dessa crise (KAKHHARO; BIACHI, 2022).

Os Estados Unidos (EUA) efetivaram estímulos fiscais, como o de US\$2,2 trilhões, estímulo econômico de US\$1,8 trilhão, corte de taxas de juros e alívios de contrato de dívidas (HOANG et al., 2022).

Governos da União Europeia concederam diferimento de impostos, empréstimos e garantias às empresas, a fim de facilitar o atendimento das necessidades de liquidez a curto prazo (VITO; GÓMEZ, 2020). Na Suécia, por exemplo, o governo implementou um programa que concedeu o adiamento temporário do pagamento de taxas e impostos (BROWN et al., 2021).

Já na Itália, Buchetti et al., (2022) destacam as medidas implementadas no país, durante a pandemia do COVID-19, a fim de garantir a continuidade das instituições, tais como licença e subsídios salariais, provisão de receitas e encargos de aluguel,

suspensão de encargos de amortização e reavaliação do imobilizado (ativos fixos, tangíveis, intangíveis e financeiros).

Segundo Thomson et al., (2022), as respostas políticas ao COVID-19 inferem preceitos aprendidos com a crise de 2008. Governos agindo rapidamente a fim de mobilizar fundos e reduzir barreiras, com forte apoio de instituições financeiras internacionais: a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI – defenderam maiores gastos em saúde, melhores sistemas tributários e ações urgentes para enfrentar as desigualdades socioeconômicas.

Tivemos, de um lado, a grande necessidade de investimento, tanto na saúde básica como na ampliação de leitos em Unidades de Terapia Intensiva, e por outro lado, a flexibilização das regras de licitação que ampliaram a possibilidade de desvios de recursos governamentais. A urgência que, em decorrência do cenário, as ações pediam e necessitavam ser empregadas levou à flexibilização de regras e controles, o que, infelizmente, despertou o agravamento de uma situação muito delicada, a corrupção (BRITO; 2021).

Usando as vacinas a título de exemplo, questões de vida relacionadas ao vírus e à participação ativa do governo em múltiplas fases do desenvolvimento e disseminação das vacinas criaram potencialmente vias únicas para negociações corruptas. Isso criou cenários propensos à conduta ímproba, inclusive na formulação de contratos de parcerias público-privadas e na disputa pela prioridade de descoberta/participação de mercado (GOEL et al;2021).

Vale ressaltar que o Brasil atravessou uma crise sanitária sem precedentes, com consequências econômicas e sociais. Sob o impacto da pandemia do COVID 19, não só o Brasil, mas toda a economia mundial experimentou um choque negativo inesperado de demanda, queda acentuada nos preços dos produtos petrolíferos, aumentos no desemprego e bloqueio social que afetaram todas as esferas econômicas (HOANG; 2022).

Para Alfano et al., (2023) a crise do COVID-19 representou um estudo interessante do quanto a corrupção generalizada pode levar a um resultado prejudicial para a sociedade, superando o custo da própria corrupção.

O autor relaciona a corrupção diretamente com a governança, e a possível desconfiança gerada pela sociedade nas instituições, sendo capaz de reduzir o cumprimento das medidas governamentais. Norden et al., (2021) apresentaram evidências consistentes nos efeitos positivos das intervenções leves, como distanciamento social e restrições de aglomeração em massa, podendo desempenhar um papel importante na eficácia das políticas governamentais implementadas para impedir a propagação do contágio do COVID-1.

À vista disso, podemos depreender o envolvimento e confiança dos cidadãos, como uma medida efetiva, pois através do envolvimento da população, o governo é capaz de desenvolver a compreensão dos cidadãos sobre suas ações na resposta a crises (CHEN et al., 2020). Ocorrências nos últimos anos mostraram lacunas de comunicação existentes entre o governo e os cidadãos. Em resposta, as mídias sociais se mostraram uma ferramenta importante na redução dessas lacunas (WUKICH, 2014).

Segundo May (2018) estudos empíricos demonstraram a eficácia das mídias sociais na comunicação e atualização de informações relacionadas a surtos de saúde pelas autoridades, a fim de melhorar a conscientização da população. Zhu (2020) afirma que a sensação de segurança da população no governo durante a crise, exerce papel importante na resiliência mantida.

Conforme Lenton (2021), a resiliência à pandemia do COVID-19, por exemplo, adveio da ação dos governos e, também, das ações dos cidadãos. Isso mostrou que a rigidez das medidas governamentais é importante para a resiliência, porém a resiliência também depende da confiança.

Na Noruega, assim como em outros países nórdicos, a população apresenta grande confiança no Estado que trabalha de maneira consensual na formulação de políticas (URSIN, 2020). No caso da pandemia do COVID 19, os governos nórdicos invocaram diretamente a população para uma atuação coletiva a fim de combater a pandemia (SAUNES et al., 2022).

A relação entre a Covid no Brasil, a crise econômica e o desemprego é bastante complexa, uma vez que pessoas de baixa renda têm maior propensão a ignorar o distanciamento social na busca pela subsistência familiar (TAZERJI et al., 2022). Segundo dados oficiais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2020), a taxa de desemprego no Brasil de setembro a dezembro de 2019 foi de 11,2 e 11%, respectivamente. Em maio de 2020, com a pandemia em curso, a taxa de desemprego era de 13,8%. A pesquisa realizada pelo IBGE, sobre efeitos da pandemia no trabalho apontou uma taxa de desemprego entre 20/09 e 26/09 /2020 de 14,4%.

Embora o Governo Federal tenha efetivado um programa de proteção social à população mais vulnerável, denominado Auxílio Emergencial, o valor não foi capaz de garantir o sustento dos beneficiários, levando muitos deles às ruas para trabalhar e assim, complementar a renda familiar (TAZERJI et al., 2022).

Ademais, os recursos financeiros e pacotes de estímulo econômico criaram uma conjuntura propensa ao crescimento da corrupção. Narula (2020) denota, dentre outras situações, as supostas fraudes praticadas por parte da população a fim de atender requisitos e assim receber auxílios estatais.

Gentil (2022) cita o trabalho realizado pela CGU em 2021, por meio da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), na qual identificaram fraudes e irregularidades na concessão do Auxílio Emergencial, em decorrência da existência de dados que indicavam incompatibilidade da situação socioeconômica dos beneficiários do auxílio com o público-alvo definido pela lei. Notou-se que cerca de 680 mil servidores das três esferas de Poder receberam indevidamente cerca de R\$ 1 bilhão de reais.

A apuração foi encaminhada ao Ministério da Cidadania, para subsidiar atuação tempestiva na análise e cancelamento de pagamentos indevidos, bem como aos órgãos de persecução penal, para providências em relação a fraudes e crimes eventualmente cometidos. Foram identificados mais de 215 mil pagamentos com indícios de irregularidades. Desse total, o Ministério da Cidadania cancelou ou não iniciou o pagamento em 2021 de 83.982 benefícios, com uma economia de cerca de R\$ 92.439.900,00 referente a pagamentos irregulares evitados (Relatório de Gestão CGU – 2021) (GENTIL; 2022).

METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa consiste na constatação de possíveis relações entre variáveis, o que lhe torna aderente ao campo das pesquisas descritivas. Isto decorre do fato de se analisar potenciais características de uma determinada população, amostra ou mesmo fenômenos, estabelecendo relações entre variáveis ou ‘causa e efeito’ (GIL, 2002; 2010).

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias (GIL, 2002, p. 42).

Além disto, pode-se destacar o caráter exploratório, uma vez que o levantamento bibliográfico e as análises de exemplos buscando uma maior compreensão também é parte estruturando da pesquisa. Conforme Gil (2002, p. 42):

Embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso (...)

A seguir será abordada a coleta e a forma de dados da pesquisa.

AMOSTRA DOS DADOS

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou Estado de Pandemia o surto do COVID-19 causado por um novo coronavírus. Desde o avanço sistemático dos

indicadores de contágio e agravamento dos casos, o mundo não tem sido o mesmo. O “espelhamento” do vírus tem sido observado em mais de 100 países no mundo. Num esforço deliberado e “custoso” a todos os países, muitas economias ao redor do mundo buscaram medidas drásticas para conter os níveis alarmantes de propagação e aliviar a pressão sobre os sistemas de saúde. Muitas destas medidas envolviam condições de confinamentos da população; recondução das pessoas para trabalhos remotos em casa, sempre que possível; redução do horário de trabalho comercial; fechamento de negócios não essenciais; etc. Tais medidas, embora sejam importantes para retardar a propagação do vírus, foram consideradas inimagináveis e drásticas a todas as economias no mundo, levando a um enorme impacto econômico nos mais variados setores público e privado. Tais custos promoveram uma mudança significativa na dinâmica econômica (WHO, 2020; WORLD BANK, 2020).

Neste cenário, o Grupo Banco Mundial (*World Bank Group* (WBG)) conduziu um grupo de estudos para analisar a situação do setor privado e do ambiente de negócios dos seus países em todo o mundo. O resultado deste estudo global consistiu na elaboração de uma grande base de dados contemplando vários indicadores de *performance* empresarial no mundo. Esta base de dados é denominada de *COVID-19 Enterprise Survey Follow-Up*, contemplando inúmeras empresas que foram entrevistadas em pontos distintos do tempo, ao longo da Pandemia do COVID-19. Esta base de dados baseou-se em entrevistas diretas com as empresas contemplando pontos críticos do desempenho como crescimento das vendas das empresas, percepção do ambiente empresarial, da infraestrutura física à regulamentação; dentre outros fatores relevantes (WORLD BANK, 2020).

A presente pesquisa adotou como fonte dos dados, o banco de dados do *COVID-19 Enterprise Survey Follow-Up* contemplando um total de 35.496 firmas entrevistadas no mundo, ao longo do período 2020-2021. A figura 1 apresenta a distribuição conforme o mapa geográfico.

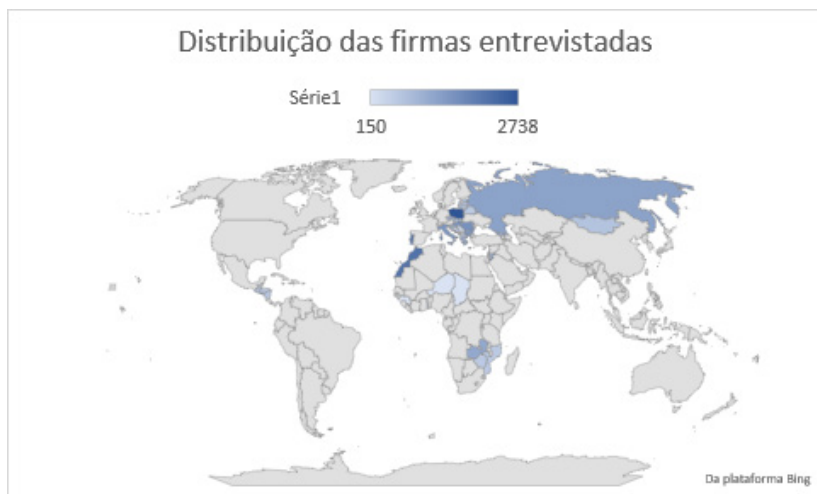


Figura 1 – Distribuição das firmas entrevistadas no mundo.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do estudo.

Outra importante base de dados empregada no estudo consistiu nos indicadores de governança elaborados pelo banco mundial, chamados de *Worldwide Governance Indicators* (WGI). Esta base de dados representa uma síntese de indicadores que contemplam de forma resumida os principais pilares da governança nas diferentes economias. A governança é analisada a partir de 6 dimensões conforme mais de 200 países e territórios ao longo do período 1996–2022: (1) Voice and Accountability; (2) Political Stability and Absence of Violence/Terrorism; (3) Government Effectiveness; (4) Regulatory Quality; (5) Rule of Law; (6) Control of Corruption.

Para uma melhor compreensão sobre o comportamento e os potenciais efeitos/custos da corrupção em cada país foi empregado o indicador “(6) Control of Corruption”. Este indicador captura as percepções de como o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo pequenas e grandes formas de corrupção, bem como a “captura” do Estado pelas elites políticas e/ou pelos interesses privados (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2013).

Outra base de dados empregada consistiu nos indicadores de Liberdade Econômica fornecidos pela *The Heritage Foundation*. Esta base de dados fornece informações importantes sobre a dinâmica da atividade econômica a partir de critérios fundamentais de liberdade, tais como:

1. Estado de Direito (direitos de propriedade, integridade do governo, eficácia judicial);

2. Tamanho do governo (gastos do governo, carga tributária, saúde fiscal);
3. Eficiência Regulatória (liberdade empresarial, liberdade trabalhista, liberdade monetária);
4. Mercados abertos (liberdade comercial, liberdade de investimento, liberdade financeira).

O indicador empregado consistiu no índice de Liberdade Empresarial (*Business Freedom*). Este indicador mede a capacidade dos indivíduos estabelecerem e gerirem empresas sem interferências indevidas do Estado, por meio de regulamentações impróprias e redundantes, representando as barreiras à livre condução da atividade empresarial.

The business freedom component measures the extent to which a country's regulatory and infrastructure environments constrain the efficient operation of businesses. The quantitative score is derived from an array of factors that affect the ease of starting, operating, and closing a business.

The business freedom score for each country is a number between 0 and 100 with 100 indicating the freest business environment. It is based on four equally weighted sub-factors: (1) Access to electricity, (2) Business environment risk, (3) Regulatory quality, and (4) Women's economic inclusion (KIM; TYRRELL; ROBERTS, 2023, p. 407).

A seguir serão apresentadas as variáveis do modelo econométrico a ser tratada detalhadamente a seguir.

VARIÁVEIS DO MODELO

O quadro 1 sintetiza as variáveis empregadas no modelo conforme a sua definição e valores observados.

Variáveis	Nome curto	Item do questionário	Definição
- Variáveis a nível-micro			
Growth Sales	Crescimento das vendas	B.2	Comparando as vendas deste estabelecimento com o mesmo mês de 2019, as vendas aumentaram, permaneceram iguais ou diminuíram? (%)
dum_COVf1	Suporte do Governo	F.1	Desde o surto da COVID-19, este estabelecimento recebeu algum apoio do governo nacional ou local em resposta à crise? [1==sim; 0==caso contrário]

dum_COVf2c	Acesso a crédito	F.2c	Alguma destas medidas envolveu algum dos seguintes itens: Acesso a novo crédito [1==sim; 0==caso contrário, caso F.1==1] , de um total de 6 alternativas
dum_COVf2d	Isenções ou reduções fiscais	F.2d	Alguma destas medidas envolveu algum dos seguintes: Isenções ou reduções fiscais [1==sim; 0==caso contrário, caso F.1==1] , de um total de 6 alternativas
dum_COVf2e	Subsídios Salariais	F.2e	Alguma destas medidas envolveu algum dos seguintes: Subsídios Salariais [1==sim; 0==caso contrário, caso F.1==1] , de um total de 6 alternativas
dum_COVc4a	Atividade digital da firma	C.4a	Este estabelecimento sofreu alguma das seguintes alterações em resposta ao surto de COVID-19? Iniciou ou aumentou atividade comercial on-line [1==sim; 0==caso contrário] , de um total de 3 alternativas
dum_COVc4c	Trabalho remoto	C.4c	Did this establishment experience any of the following changes in response to the COVID-19 outbreak? Started or increased remote work arrangement for its workforce [1==sim; 0==caso contrário] , de um total de 3 alternativas
COVd1	Trabalhadores permanentes ou efetivos	D.1	Este estabelecimento sofreu alguma das seguintes alterações em resposta ao surto de COVID-19? Iniciou ou aumentou o trabalho remoto para sua força de trabalho [1==sim; 0==caso contrário] , de um total de 3 alternativas
<i>- Variáveis a nível-macro</i>			
wgi_cce_2019	Índice de Controle da Corrupção, ano 2019	-	Indicador de controle da corrupção, valores entre 0 e 1, quanto maior o valor, maior o controle contra a corrupção

bf_index_2019	Índice de Liberdade Empresarial, ano 2019	-	Indicador de liberdade empresarial, valores entre 0 e 1, quanto maior o valor, maior a percepção de liberdade no desenvolvimento dos negócios
---------------	---	---	---

Quadro 1 – Definição das variáveis do modelo.

Fonte: Elaboração própria.

Modelo econométrico

O modelo econométrico estimado consistiu na seguinte equação:

Eq.1

$$g_i = \beta_0 + \beta_1 Dum_F1 + \beta_2 Dum_F2c + \beta_3 Dum_F2d + \beta_4 Dum_F2e + \beta_5 l$$

$$Dum_C4a + \beta_6 Dum_C4c + \beta_7 \log(D1) + \beta_8 WGI_CCE + \beta_9 BF + \varepsilon_i$$

A variável dependente consistiu no crescimento das vendas das firmas e as demais como variáveis independentes. O termo “ ε_i ” representa a perturbação estocástica ou residual do modelo, com distribuição normal com média zero e variância constante, ao menos por suposição estatística inicial. Testes de robustez do modelo, como o teste de White (1980), para validação ou não de heterocedasticidade serão necessários para confirmação de pressuposto estatístico. A próxima seção serão destacados com maior propriedade tais questionamentos.

Robustez do modelo

A equação Eq.1 será estimada usando como técnica o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), que representa uma das técnicas mais conhecidas no campo da econometria (GUJARATI; PORTER, 2008).

O estimador de MQO é notoriamente conhecido por ser um estimador linear não-tendencioso e eficiente. No quesito de eficiência, tem-se um ponto crucial do pressuposto: a distribuição normal dos resíduos em torno de um média zero e variância constante. Entretanto, em muitas aplicações nas ciências sociais aplicadas é natural o relaxamento de tal pressuposto, uma vez que a distribuição estocástica (ou residual) pode apresentar um padrão variável, violando a regra $\varepsilon_i \sim N(0, \sigma^2)$.

Para testarmos tal possibilidade, será adotada a estatística padrão de Breusch e Pagan (1979) e Cook e Weisberg (1983) onde a hipótese nula sinaliza para uma variância homocedástica do modelo contra a hipótese nula de variância heterocedástica:

H_0 : variância residual homocedástica

H_1 : variância residual heterocedástica

Na presença de heterocedasticidade será adotado o corretor de White (1980).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO MODELO

A tabela 1 apresenta as principais estatísticas descritivas das variáveis: média, desvio-padrão, valores mínimo e máximo.

Variável	Média	C.V	Min	Max
Cresc. Vendas	-0,412	71.36%	-1	0,99
Suporte do Governo	0,259	168.34%	0	1
Acesso a crédito	0,055	416.36%	0	1
Isenções ou reduções fiscais	0,093	311.83%	0	1
Subsídios Salariais	0,210	193.33%	0	1
Atividade digital da firma	1,664	5.27%	-99	2
Trabalho remoto	0,236	179.66%	0	1
Trabalhadores permanentes ou efetivos	3,184	44.90%	0	9,903
Índice de Controle da Corrupção	0,494	25.10%	0,216	0,808
Índice de Liberdade Empresarial	67,261	14.85%	28,1	85,800

Tabela 1 – Estatísticas descritivas das variáveis.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme os resultados da tabela, o crescimento médio das empresas foi negativo, sinalizando para uma queda de performance ao longo da pandemia em comparação com o ano anterior à pandemia. Embora a média tenha demonstrado um valor negativo, ela oscilou entre desde uma queda de 100% a um crescimento de quase 100%, contextualizando um intervalo bastante amplo de performance.

Conforme os resultados da tabela 2, as correlações estimadas foram significativas na maioria dos resultados. O crescimento das vendas demonstrou uma correlação significativa com quase todas as variáveis, com exceção ao acesso a crédito como medida de mitigação da pandemia. O início ou aumento das atividades digitais

VARIABLES	Cresc. Vendas	Suporte do Governo	Acesso a crédito	Isenções ou reduções fiscais	Subsídios Salariais	Atividade digital da firma	Trabalho remoto	Trabalhadores permanentes ou efetivos	Índice de Controle da Corrupção	Índice de Liberdade Empresarial
Cresc. Vendas	1									
Suporte do Governo	0.0753***	1								
Acesso a crédito	-0.0060	0.2580***	1							
Isenções ou reduções fiscais	0.0158**	0.4041***	0.3435***	1						
Subsídios Salariais	0.0354***	0.7548***	0.2496***	0.3721***	1					
Atividade digital da firma	-0.0281***	0.0047	-0.0145**	-0.0207***	0.0007	1				
Trabalho remoto	0.0627***	0.1730***	0.0716***	0.0856***	0.1453***	-0.0571***	1			
Trabalhadores permanentes ou efetivos	0.1832***	0.0661***	0.0257***	0.0378***	0.0666***	-0.0308***	0.2709***	1		
Índice de Controle da Corrupção	0.1712***	0.2577***	0.0556***	0.0736***	0.1956***	0.0341***	0.0328***	0.0050***	1	
Índice de Liberdade Empresarial	0.0588***	0.1380***	0.0396***	0.0940***	0.0937***	-0.0167***	0.0939***	0.0627***	0.6021***	1

Legenda: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Tabela 2 – Matriz de correlação.

Fonte: Elaboração própria.

das firmas demonstrou uma correlação negativa com o crescimento das vendas. As variáveis a nível-macro demonstraram uma correlação positiva e significativa com o crescimento das vendas. Isto indica que tanto o ambiente propício ao controle da corrupção quanto a um ambiente de liberdade aos negócios locais apresentou uma correlação positiva com o crescimento das firmas ao longo da pandemia.

Country Name	Freq.Abs	Freq.Rel.
Albania	377	1%
Belarus	600	2%
Bosnia and Herzegovina	362	1%
Bulgaria	1544	4%
Chad	153	0%
Croatia	808	2%
Cyprus	480	1%
Czech Republic	1004	3%
El Salvador	1438	4%
Estonia	720	2%
Georgia	1162	3%
Greece	1200	3%
Guatemala	690	2%
Guinea	150	0%
Honduras	664	2%
Hungary	1610	5%
Italy	1520	4%
Jordan	1202	3%
Latvia	718	2%
Lebanon	532	1%
Lithuania	716	2%
Malta	484	1%
Moldova	720	2%
Mongolia	720	2%
Montenegro	150	0%
Morocco	2192	6%
Mozambique	601	2%
Nicaragua	666	2%
Niger	151	0%

North Macedonia	360	1%
Poland	2738	8%
Portugal	2124	6%
Romania	1628	5%
Russian Federation	1323	4%
Serbia	361	1%
Slovak Republic	858	2%
Slovenia	818	2%
Togo	150	0%
Zambia	1202	3%
Zimbabwe	600	2%
Total	35.496	100%

Tabela 3 – distribuição das firmas entrevistadas por país.

Fonte: Elaboração própria.

Resultados do modelo econométrico

A tabela 4 apresenta os resultados do modelo econométrico Eq.1:

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)
	Crescimento das vendas	Crescimento das vendas	Crescimento das vendas	Crescimento das vendas
<i>- Variáveis a nível-micro</i>				
Suporte do Governo	0.0581*** (0.00632)	0.0162** (0.00647)	0.0177*** (0.00647)	0.0527*** (0.00635)
Acesso a crédito	-0.0231*** (0.00758)	-0.0263*** (0.00746)	-0.0256*** (0.00747)	-0.0227*** (0.00760)
Isenções ou reduções fiscais	-0.00696 (0.00633)	0.00357 (0.00627)	-0.000528 (0.00627)	-0.0103 (0.00636)
Subsídios Salariais	-0.0304*** (0.00642)	-0.0363*** (0.00636)	-0.0345*** (0.00636)	-0.0292*** (0.00645)
Atividade digital da firma	-0.00383** (0.00151)	-0.00502*** (0.00167)	-0.00474*** (0.00165)	-0.00370** (0.00152)
Trabalho remoto	0.00548	0.00735	0.00538	0.00332

	(0.00488)	(0.00482)	(0.00481)	(0.00488)
Trabalhadores permanentes ou efetivos	0.0368***	0.0388***	0.0384***	0.0366***
	(0.00175)	(0.00172)	(0.00172)	(0.00175)
- Variáveis a nível-macro				
Índice de Controle da Corrupção		0.536***	0.462***	
		(0.0234)	(0.0189)	
Índice de Liberdade Empresarial		-0.00149***		0.00162***
		(0.000250)		(0.000201)
Constante	-0.526***	-0.672***	-0.736***	-0.632***
	(0.00694)	(0.0150)	(0.00996)	(0.0152)
R ²	0.039	0.072	0.070	0.043
R ² Adj	0.0391	0.0713	0.0694	0.0423
Test for heteroskedasticity (Breusch-Pagan/Cook-Weisberg)				
chi2	113.16***	5.93**	10.61***	119.49***
Prob > chi2	0.0000	0.0149	0.0011	0.0000
F stat	85.67***	159.5***	174.2***	83.05***

Legenda: Estimativas de erro-padrão 'robustos' nos parêntesis. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Tabela 4 – Estimativas do modelo econométrico.

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da coluna (1) excluem as variáveis a nível-macro, concentrando apenas nas influências a nível-micro dos dados. O suporte dos Governos demonstrou um impacto positivo e direto no crescimento das vendas, mitigando os efeitos negativos da pandemia. Contudo, medidas como acesso ao crédito e subsídios salariais demonstram um efeito negativo e significativo a 1%. O acesso a novas formas de crédito impactou negativamente, embora não-significativo no crescimento. A expansão das atividades digitais ou online, embora necessários para a sobrevivência das firmas, impactaram negativamente no crescimento das vendas (significativo a 1%). Destaque para os efeitos da mão de obra no crescimento das firmas, que apresentaram impactos positivos (não significativo para o trabalho remoto e significativo a 1% para o aumento da mão de obra permanente).

A coluna (2) passa a incluir as variáveis a nível-macro, internalizando os potenciais efeitos da estrutura macroeconômica nas firmas. Como um resultado esperado, o controle da corrupção demonstrou um efeito positivo no crescimento subsequente das firmas ao longo da pandemia. Ou seja, países com maior controle da corrupção demonstraram uma apresentar uma estrutura econômica com menores graus de incerteza, estes já potencializados com os impactos da pandemia (parâmetro significativo a 1%).

Com relação ao índice de liberdade dos negócios, este demonstrou um impacto negativo e significativo no crescimento das vendas das firmas. Esta relação pode estar associada ao efeito-democracia ao longo da pandemia que foi responsável pelas medidas mais 'drásticas' envolvendo contenções inesperadas de isolamento social. Este efeito fica evidentemente visível quando se inclui ao modelo o controle da corrupção que também tende a ser maior nestas economias. A exclusão do controle à corrupção ao modelo tende a gerar um viés expressivo de sinal, distorcendo as evidências empíricas do isolamento social ao longo das economias.

A constante representa o termo constante no modelo, e o R^2 indica a proporção da variabilidade no crescimento das vendas explicada pelas variáveis independentes. O baixo ajustamento do modelo, indicado pelos valores relativamente baixos de R^2 e R^2 ajustado, sugere que as variáveis incluídas explicam uma parte limitada da variação no crescimento das vendas das empresas durante a pandemia. Isso significa que outros fatores não considerados no modelo podem ter influenciado significativamente os resultados.

Entretanto, é crucial destacar que mesmo com um ajustamento modesto, as relações identificadas no modelo ainda oferecem respostas importantes sobre o impacto das variáveis consideradas. Cada coeficiente estimado fornece informações sobre como uma determinada variável está associada ao crescimento das vendas das empresas e a interpretação cuidadosa dessas relações permite uma compreensão mais completa do estudo e dos fatores que influenciaram o desempenho das empresas durante a pandemia. Assim, embora o modelo possa não capturar todos os nuances da complexidade do ambiente econômico, as relações identificadas ainda são úteis para informar estratégias e políticas. Este reconhecimento da limitação do modelo não invalida as conclusões, mas destaca a necessidade de considerar outros fatores e contextos para uma compreensão mais abrangente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a análise dos resultados proporciona elementos importantes sobre o estudo, considerando variáveis micro e macroeconômicas. Apesar do crescimento médio negativo das empresas, a amplitude das variações destaca a complexidade

das respostas empresariais durante esse período desafiador, refletindo a diversidade de desafios enfrentados.

A tabela de correlações evidencia a importância de fatores macroeconômicos, como o controle da corrupção e a liberdade nos negócios nas vendas das empresas durante a pandemia. Essas associações positivas ressaltam a relevância desses fatores no crescimento empresarial, sugerindo que ambientes com menor corrupção e maior liberdade empresarial estão associados a desempenhos melhores.

A análise do modelo econométrico a nível micro destaca o papel crucial do suporte governamental no crescimento das vendas, apontando a efetividade das medidas governamentais para mitigar os impactos adversos da pandemia. No entanto, a complexidade das dinâmicas é evidenciada pelos efeitos negativos significativos relacionados ao acesso a crédito e subsídios salariais.

A inclusão das variáveis a nível macro revela a influência positiva do controle da corrupção no crescimento das empresas, indicando que ambientes com menor corrupção proporcionam estruturas econômicas mais previsíveis e estáveis. Surpreendentemente, o índice de liberdade empresarial apresenta um impacto negativo nas vendas, possivelmente relacionado a medidas restritivas durante o isolamento social.

Esses resultados ressaltam a necessidade de políticas econômicas flexíveis e integradas, adaptadas à diversidade de contextos empresariais. A complexidade das interações entre variáveis destaca a importância de estratégias empresariais ágeis, capazes de se adaptar a condições específicas. No cenário pós-pandêmico, compreender essas dinâmicas será essencial para a formulação de políticas e práticas empresariais resilientes, promovendo um crescimento sustentável diante de desafios imprevisíveis.

Para pesquisas futuras, seria relevante explorar ainda mais as nuances das relações identificadas, investigando a fundo os mecanismos subjacentes e considerando a influência de variáveis adicionais. Além disso, uma análise mais aprofundada dos padrões espaciais, poderia enriquecer a compreensão das disparidades regionais.

REFERENCIAS

ASSUNÇÃO, Matheus Carneiro. Incentivos fiscais em tempos de crise: impactos econômicos e reflexos financeiros. **Revista da PGFN**, v. 1, n. 1, p. 99-121, 2011.

BORGES, Marcia Leite; PATELLA, Ana Paula Dupuy; DOS SANTOS, Caricia Hercília Alves Oliveira. A corrupção na saúde durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. **Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 4, n. 1, p. 73-86, 2022.

BRAGA, Zaira Carvalho Cornélio; DE OLIVEIRA, Gilson Batista de Oliveira. A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE O MODELO PATRIMONIALISTA E A CORRUPÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, v. 9, n. 11, 2020.

BREUSCH, Trevor S.; PAGAN, Adrian R. A simple test for heteroscedasticity and random coefficient variation. **Econometrica: Journal of the econometric society**, p. 1287-1294, 1979.

BROWN, Lesley et al. Life in lockdown: a telephone survey to investigate the impact of COVID-19 lockdown measures on the lives of older people (≥ 75 years). **Age and ageing**, v. 50, n. 2, p. 341-346, 2021.

BUCHETTI, Bruno; PARBONETTI, Antonio; PUGLIESE, Amedeo. Covid-19, corporate survival and public policy: The role of accounting information and regulation in the wake of a systemic crisis. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 41, n. 1, p. 106919, 2022.

CAMPELO, Graham Stephan Bentzen. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. **Ciência & Trópico**, Recife. v. 34, n. 2, p.297-324,2010. Disponível em: <<https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/871>>.

CARVALHO,Talita. O que é crise economica?.Politize,2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-economica-o-que-e/>.

COOK, R. Dennis; WEISBERG, Sanford. Diagnostics for heteroscedasticity in regression. **Biometrika**, v. 70, n. 1, p. 1-10, 1983.

CRUZ, Bruna Angélica Barbosa. Lei de Acesso à Informação como mecanismo de controle social sobre políticas públicas e combate à corrupção. **Cadernos técnicos da CGU**, v. 2, 2022.

DE BRITO, Halisson Silva; DA COSTA, Ana Carla Oliveira. CORRUPÇÃO EM TEMPOS DA COVID-19: o papel do Controle Externo nos desafios provocados pelo atual cenário pandêmico. **Revista Técnica dos Tribunais de Contas**, 2021.

DE MELO, GÉISON CAYLO VARELA et al. Crise Atual na Saúde Pública do Brasil: Um Reflexo Histórico e Financeiro.

DE VITO, Antonio; GÓMEZ, Juan-Pedro. Estimating the COVID-19 cash crunch: Global evidence and policy. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 39, n. 2, p. 106741, 2020.

DELFORGE, Thaisa Collet dos Santos. A governança pública no combate à corrupção. **Brasília: ENAP**, 2012.

DZHUMASHEV, Ratbek. The two-way relationship between government spending and corruption and its effects on economic growth. **Contemporary Economic Policy**, v. 32, n. 2, p. 403-419, 2014.

FORNAZIERI, Aldo. Maquiavel e o Bom Governo. São Paulo, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/marcos/Downloads/TESE_ALDO_FORNAZIERI%20(4).pdf. Acessado em 04/12/2017.

GAYGISIZ, Esma; LAJUNEN, Timo. Cultural values, national personality characteristics, and intelligence as correlates of corruption: A nation level analysis. **Heliyon**, v. 8, n. 5, 2022.

GIL, Antônio Carlos et al. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos et al. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUJARATI, Damodar N. **Basic econometrics**. Prentice Hall, 2022

HOANG, Khanh; ARIF, Muhammad; NGUYEN, Cuong. Corporate investment and government policy during the COVID-19 crisis. *International Review of Economics & Finance*, v (80), 677-696 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.iref.2022.03.005>>. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desocupação, ~ Renda, Afastamentos, Trabalho Remoto e Outros Efeitos Da Pandemia No Trabalho. Disponível on- line: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo. The worldwide governance indicators: Methodology and analytical issues1. **Hague journal on the rule of law**, v. 3, n. 2, p. 220-246, 2011.

KIM, A. B.; TYRRELL, P.; ROBERTS, K. D. **2023 INDEX OF ECONOMIC FREEDOM**. Washington, DC: The Heritage Foundation, 2023.

LEAL, Rogério Gesta. **Patologias corruptivas nas relações entre Estado, administração pública e sociedade: causas, consequências e tratamento**. Edunisc, 2013

LOPES JUNIOR, Elias Pereira et al. Influência da corrupção nos gastos das empresas estatais. **Revista de Administração Pública**, v. 52, p. 695-711, 2018.

Mendes, A. (2017). A saúde no capitalismo financeirizado em crise: o financiamento do SUS e disputa. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz: Rio de Janeiro.

NAN, Su. Study on the relation of grassroots corruption and government expenditure. **Procedia Computer Science**, v. 199, p. 1031-1035, 2022.

NORDEN, Lars; MESQUITA, Daniel; WANG, Weichao. COVID-19, policy interventions and credit: The Brazilian experience. **Journal of Financial Intermediation**, v. 48, p. 100933, 2021. <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

OLIVEIRA JUNIOR, Fernando Antonio de Alencar Alves de. A relação entre corrupção e concorrência: quando cartéis de licitação e agentes públicos desonestos se encontram. In: SALGADO, Daniel de Resende; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de; ARAS, Vladimir (coord.). *Corrupção: aspectos sociológicos, criminológicos e jurídicos*. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. O círculo vicioso da corrupção no Brasil: limites estruturais e perspectivas de rompimento. 2018.

QIA, Zhang; YANTING, Jin. Historical or Contemporary Causes of Corruption: International Evidence. **Finance Research Letters**, p. 104044, 2023.

Rajeev K. Goel, Michael A. Nelson, Viraat Y. Goel, COVID-19 vaccine rollout—scale and speed carry different implications for corruption, *Journal of Policy Modeling*, Volume 43, Issue 3, 2021, Pages 503-520, ISSN 0161-8938, <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2021.04.003>. (<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0161893821000478>).

RODRIGUES, R. dos S. A.; CLEMENTE, A. Efeitos da corrupção nas bolsas de valores na Crise Financeira de 2008. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S. l.], v. 13, p. 51-63, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.158490. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/158490>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SAFÓN, Vicente; IBORRA, María; ESCRIBÁ-ESTEVE, Alejandro. Outcomes of firm resilience in wild card crises—Country, industry, and firm effects in the Covid-19 crisis. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, p. 104177, 2023.

SICSÚ, João Organizador et al. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. 2009.

SONG, Chang-Qing; CHANG, Chun-Ping; GONG, Qiang. Economic growth, corruption, and financial development: Global evidence. **Economic Modelling**, v. 94, p. 822-830, 2021.

TAZERJI, Sina Salajegheh et al. Global data analysis and risk factors associated with morbidity and mortality of COVID-19. **Gene reports**, v. 26, p. 101505, 2022.

SAHA, Shrabani; SEN, Kunal. Do economic and political crises lead to corruption? The role of institutions. **Economic Modelling**, v. 124, p. 106307, 2023.aron Acemoglu, Simon Johnson, James A. Robinson,Chapter 6 Institutions as a Fundamental Cause of Long-Run Growth,Editor(s): Philippe Aghion, Steven N. Durlauf,Handbook of Economic Growth,Elsevier,Volume 1, Part A,2005,Pages 385-472,ISSN 1574-0684,ISBN 9780444520418,[https://doi.org/10.1016/S1574-0684\(05\)01006-3](https://doi.org/10.1016/S1574-0684(05)01006-3).

SVENSSON, Jakob. Eight questions about corruption. **Journal of economic perspectives**, v. 19, n. 3, p. 19-42, 2005.

SOUZA, Vanessa Gonçalves Ribeiro. A evolução da administração pública brasileira: reforma gerencial, a nova gestão pública. Anápolis,2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26866/1/2019_VanessaGoncalvesRibeiroSouza_tcc.pdf

SARAIVA, Flávia Carvalho Mendes. O patrimonialismo e seus reflexos na administração pública brasileira. Revista Controle-Doutrina e Artigos, v. 17, n. 2,p.334-363, 2019. Disponível em: <<https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/530>>. Acesso em: 27/07/2021.

SCHMIDT, Flávia de Holanda; MELLO, Janine; CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. Estratégias de coordenação governamental na crise da Covid-19. 2020.

THOMSON, Tina et al. Immune responses following 3rd and 4th doses of heterologous and homologous COVID-19 vaccines in kidney transplant recipients. **EClinicalMedicine**, v. 53, 2022.

WANG, Qiang et al. Linking Trade Openness to Load Capacity Factor: The Threshold Effects of Natural Resource Rent and Corruption Control. **Gondwana Research**, 2023.

WEBER, Guilherme Oliveira. PÚBLICA, ADMINISTRAÇÃO. FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FACULDADE DE DIREITO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO. Disponível em : <https://fmp.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/GUILHERME-OLIVEIRA-WEBER.pdf>

WHITE,. A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. **Econometrica**, v. 48, p. 817–838, 1980.

WHO. World Health Organization (WHO) Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard, 29 jun 2020. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>.

WORLD BANK. **Covid-19 Enterprise Survey follow-up**. [S.l.]. 2020.

Zhang Qia, Jin Yanting, Historical or contemporary causes of corruption: International evidence,Finance Research Letters,Volume 56,2023,104044,ISSN 1544-6123, <https://doi.org/10.1016/j.frl.2023.104044>.(<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1544612323004166>).